

José Saramago

Os
aponta-
mentos

Todos faremos jornais um dia

Nesse dia, estão cumpridos doze anos sobre a data, teve Luzia Maria Martins a lembrança de convidar-me a escrever uma peça de teatro, fingindo ignorar, com assinalável generosidade, que dessas artes mágicas, provavelmente, não teria eu outra informação que uns escassos rudimentos adquiridos em vida de espectador mais atento às histórias contadas no palco do que aos modos próprios de as contar ali. Não surpreenderá, pois, que tenha recusado o convite, como também não deverá surpreender, conhecidas as contradições e as incongruências da humana natureza, que quarenta e oito horas depois me tenha resolvido a aceitá-lo. Não é este o lugar, felizmente, menos ainda a ocasião, de apurar se os resultados valeram a pena: as águas de ontem não movem os moinhos de hoje, tendo variado tanto, em farinha e fermento, a composição do pão.

Chamei a essa peça A Noite, que foi a de 25 de abril, pois claro. Houve quem gostasse, houve quem não. A ação, como é costume dizer-se, passava-se na redação de um grande jornal diário, matutino, que os mais suspicazes logo se apressaram, à boca pequena, a identificar, e o conflito opunha os bons aos maus, como

é de regra, com vitória final e glória dos primeiros, que eram ótimos, e humilhação e vergonha dos segundos, que eram péssimos. Penso, contudo, que não seria justo acoimar este primeiro tentame teatral dos obséquios de um maniqueísmo elementar, porquanto, entre os anjos e os demónios, crê o instinto do autor ter sabido reservar um lugar àquela gente, sempre a mesma, que espera o desatar dos conflitos para apanhar do chão os restos, enquanto não vem a hora desejada de fazer-se ao substancial.

Sobre esta história, tão extremadamente ingénua, não voltarei a falar aqui, pois a ela não se destina uma apresentação que, propondo-se brevíssima, já leva algum tempo perdido. Apenas recolherei das páginas do livro que A Noite também veio a ser a epígrafe que lá se pode ler e que encabeça estas linhas: «Todos faremos jornais um dia», atribuída a um autor anónimo que, escusado seria dizê-lo, não existiu nunca. Vem a propósito referir que não foi esse o meu primeiro e inocente embuste bibliográfico: já em A Bagagem tinha feito aparecer uma citação assaz panglossiana de um imaginário Manual do Viajante, que proclamava: «[...] é muito raro poder dizer-se que uma viagem é perfeita antes de acabar. Mas acontece». Deverei acrescentar que, desde então, não me faltaram as oportunidades para confrontar esta acrítica convicção com os factos da vida. Hoje, no geral, não seria tão afirmativo. Quanto ao particular, melhor será que reserve a minha opinião.

Vamos pois ao tema, poupando, se possível, as palavras. Ao proclamar que todos um dia faríamos jornais, o que eu tentei foi exprimir uma espécie de aspiração cívica, evidentemente utópica, segundo a qual o direito de informar e de ser informado se regeria por exclusivos ditames de verdade e de dignidade, sem cedências ou temporizações com qualquer forma de poder. Não estaríamos a salvo do erro, porém justificar-nos-ia a boa-fé. Estas

ideias, que a muitos hão de parecer, hoje, antiquadas e fora de uso, quando os jornais são, eles próprios, na sua maioria, poder ou instrumento de poder, criaram-se e alimentaram-se durante as duas épocas em que, mais por imperativas circunstâncias do momento do que por apetites irresistíveis de vocação, me achei a trabalhar na imprensa. A primeira foi vivida no Diário de Lisboa, nos anos de 1972 e 1973, quando o marcelismo já estava na sua fase de decomposição. A segunda, no Diário de Notícias, durou muito menos: tendo começado nos princípios de abril de 1975, no rescaldo dos acontecimentos de 11 de março, veio a terminar no dia 25 de novembro desse mesmo ano, por óbvias razões. Experiências diferentes, mas, tanto numa como noutra, foi de liberdade que se tratou: no primeiro caso, uma liberdade que se pressentia; no segundo caso, uma liberdade que afinal era preciso aprender.

Juntam-se agora neste volume os dois pequenos livros em que essas experiências, no seu tempo, se configuraram. Toma por título o título de um deles – Os Apontamentos –, e não por falta de imaginação para encontrar outro mais atrativo aos olhos do leitor, mas porque não se quis dissimular, nesta ocasião, o que foi a característica formal mais evidente destes textos: a brevidade, a espontaneidade – sinais, quase sempre, duma reação despreconcebida (diria mesmo: desprogramada) aos estímulos exteriores. Cada uma das partes deste livro conserva as introduções para elas escritas, o que oferece, pelo menos, a vantagem de mostrar ao leitor o juízo que o autor, em cada caso, fez dos seus próprios atos. A ninguém deverá estranhar que tenha procurado absolver-se: é que todos fazemos.

E hoje? Direi como o outro, e basta: «O que escrevi, escrevi.» As palavras que aí estão foram, todas elas, escritas com sinceridade e boa-fé. E, no meio de tantas, não encontro senão duas

que gostosamente apagaria se não fosse o escrúpulo de proteger o meu próprio respeito. É quando, lá para diante, uma e outra vez, falo de «jornalistas revolucionários». Como se não bastasse a ingenuidade de os imaginar assim, ainda fui cair na presunção de me incluir no grupo. Ilusão minha, ilusão nossa.

Março de 1990

As opiniões que o *DL* teve

Prefácio à 1.^a edição

Esta compilação de alguns dos textos que ao longo de quase dois anos foram publicados no Diário de Lisboa (anonimamente os publiquei, pois representavam o que então se entendeu ser a opinião daquele jornal) poderia, em verdade, receber agora o título de regresso à procedência, uma vez que por este modo se identifica publicamente o autor. Mas um título assim sugeriria talvez que as mensagens lançadas no circuito da informação vieram devolvidas ao remetente por não encontrarem destinatário – caso em que a palavra «circuito» estaria exata e a propósito, porquanto do circuito é natureza e definição terminar onde começa... Aceite-se que a ideia me não agrada, aceite-se que, pelo contrário, obedeço a um pequeno movimento de orgulho (satisfação, se orgulho parece demasiado) pelo mérito de um trabalho de intervenção política (cívica, se mais uma vez caio em exagero) que ocupou lugar digno no processo de esclarecimento em que andamos empenhados.

Muito do que então escrevi não ultrapassa o nível do circunstancial, e por isso não tem cabimento neste livro; por outro lado, alguma coisa que no Diário de Lisboa apareceu, sob a mesma

rubrica, em ocasiões de ausência minha, não me pertence: reivindicue quem deve a paternidade de tais escritos, e se alguns deles eu próprio subscreveria, outros obedeceram a motivos que, felizmente, por imediata transparência, nunca me poderiam ser atribuídos... Faça o leitor de boa memória a distinção e eu me dou por satisfeito.

Entre os artigos, alguns há que, redigidos na sua altura, apenas agora veem a luz do dia: o facto não precisa de explicação. Permita-se-me, contudo, que eu lamente o que nem sequer pude escrever, só porque de antemão sabia que não valia a pena. (Mas recuso, neste justo momento, a fácil complacência de me louvar no que não cheguei a fazer...)

Remata-se, na data em que escrevo esta breve nota de apresentação, a minha atividade de editorialista do Diário de Lisboa. Quero acreditar que o trabalho que realizei teve alguma utilidade. Doutra maneira não me seria possível continuar. E eu vou continuar.

Ainda uma advertência. Entre a arrumação por temas, que faria avultar inevitáveis repetições, e a simples obediência cronológica, preferiu-se esta. Tem, ao menos, a virtude de mostrar, no correr do tempo, o correr dos casos...

31 de dezembro de 1973

Aberto até 15 de março...

8 de fevereiro de 1972

Nos tempos da escola velha, entendiam os pedagogos que não sairia dela homem que jeito tivesse se não recebesse umas tintas daquilo a que então se chamava «cultura clássica», ou, com mais pretensão (porque aí escolhiam mal a palavra), de «humanismo»... De acordo com esta doutrina, decoravam-se umas dezenas de nomes de cidadãos antigos, uns tantos títulos de livros latinos, algumas frases escolhidas, e citações que davam para a vida inteira, com jus a aplausos nos salões se a frase abonatória vinha a propósito, chancelada pela autoridade dos séculos... O mercantilismo, que então despontava, não tardou a especular com essa falsíssima necessidade cultural e lançou no mercado os chamados dicionários de citações...

Ora, uma das frases que maior frémito causava nas tímidas aulas do tempo, a que mais heróis e pais da pátria prometia, era aquela de Catão, *o Antigo*, quando no fim de cada discurso, viesse ou não a propósito, lançava a exortação terrível: «*Delenda est Cartago*», a qual, em vernáculo, quer dizer, não menos terrivelmente: «Cartago deve ser destruída.» São ódios antigos, sobre

os quais o tempo passou, mas não em vão. O tempo é como a calúnia: dele sempre fica alguma coisa...

No caso vertente, ficou a oportunidade de citar agora, ainda que nos acusem de pedantismo, a ordem imperativa de Catão, adaptando-a, naturalmente, aos nossos propósitos, muito mais pacíficos, como se verá...

Foram os Portugueses avisados, por meio de editais afixados nos lugares do costume, lidos na Rádio e reproduzidos na Imprensa, de que está aberta, até 15 de março próximo, a inscrição no recenseamento eleitoral com vista às eleições de deputados à Assembleia Nacional. Este aviso é feito de um modo cuja eficácia não discutimos aqui, mas que, pelo menos, satisfaz a exigência mínima da lei. Na verdade, os cidadãos não podem alegar ignorância de uma questão que, além de lhes tocar tão de perto que deveria ser-lhes facilmente sensível, é ato já rotineiro que o mero hábito levaria a executar.

Ou talvez, afinal, o defeito seja este. Não é bom para a consciência cívica, para a saúde nacional, que o recenseamento eleitoral se faça em termos de rotina enfatiada ou não seja feito de todo... O fastio leva inelutavelmente à abstenção, a omissão pode causar situações que rocem o cómico, como a de um candidato a deputado ser riscado da lista para que fora convidado porque, ó céus, não estava inscrito nos cadernos eleitorais!...

Posto isto, que resta? Inventar um Catão múltiplo que tome à sua conta dizer no fim de todos os discursos, escrever no fim de todos os artigos, estas palavras inocentes que estão tão longe do apelo bélico do rabugento romano, como nós da velha escola que transmitiu o modelo: «Inscreeva-se no recenseamento eleitoral!...»

Por nossa parte, em tom que algumas graves pessoas desta terra acharão ligeiro de mais, abordámos o que consideramos um aspeto essencial da vida política do País. Que essas pessoas

não no-lo levem em mal... As intenções são excelentes, ligam-se tão-só a um voto de civismo atuante, que pode revestir-se de muitas formas, mas que, neste momento, resumimos na catónica advertência:

«Inscriva-se no recenseamento eleitoral!...»

Os franceses de torna-viagem

11 de fevereiro de 1972

Quando a educação sexual era, no nosso país, uma terra proibida onde só acompanhados de severos e meticolosos guias nos aventurávamos, as crianças (principalmente as oriundas das classes mais abonadas) vinham de Paris, num cestinho, com fitas e laços azuis ou cor-de-rosa, conforme. Mudaram muito os tempos, e hoje, por essas e outras paragens gaulesas, vivem mais de 600 000 portugueses, sem fitas nem laços – e que têm um futuro sombrio à sua frente. Transformámos a ficção rissonha e pueril numa grave realidade.

O desemprego, em França, dizem as agências noticiosas, aumenta. Em fins de 1972 deverá haver naquele país 600 000 desempregados, mais 120 000 do que presentemente, o que significa que vai ser muito agitado o mercado de trabalho. Os Franceses, que até agora têm «condescendido» em deixar aos emigrantes os trabalhos duros e sujos, serão forçados, se o movimento atual não se inverter, a disputar esses mesmos trabalhos, eliminando, portanto, a mão de obra estrangeira. Prevê-se até que essa ameaça paire, principalmente, sobre os trabalhadores que não procedam de países membros do Mercado Comum ou, mais rigorosamente, da Comunidade Económica Europeia – que é o caso de Portugal...

Não parece nascer de mente pervertida e catastrófica a previsão de um regresso gigantesco de portugueses, desempregados de lá, e que tornarão ao seu país de origem à busca de um trabalho que lhes permita continuar a viver e a progredir no sentido de dignidade e de responsabilidade que entretanto conquistaram, ou confusamente estavam adquirindo. Estes homens vêm de um mundo que nada tem de comum com o pequeno planeta provinciano e tradicional donde, na sua maior parte, saíram. Aprenderam que é possível viver doutra maneira, viram, por exemplo, que os rurais franceses são como príncipes em comparação com a castigada gente que se arrasta pela nossa província. Quem pode imaginar a que extremos de amargura chega um homem assim? Não vem num cestinho, não, vem num comboio carregado de outros como ele, com alguns francos na algibeira, e um gosto amargo na boca: a bÍlis da derrota. Vem, de qualquer modo, decidido a trabalhar. E trabalho, encontrará?

Quando estive em Portugal nas últimas «vacanças», viu a família, o quintal, os raros amigos que se deixaram ficar, e depois abalou à sua vida, talvez com os olhos húmidos, talvez moído de saudades antecipadas – mas firme numa decisão que, melhor ou pior, encontrara a sua justificação. E agora? Agora virá para ficar. Quem sabe se muito no fundo não sentirá um certo alívio? Não terá de balbuciar o seu laborioso e primário francês, não o assustarão modos de vida que não chegou a assimilar completamente... Enfim, talvez não esteja tudo perdido...

Se a previsão não falhar, virão aí algumas dezenas, senão centenas de milhares de portugueses – os franceses de torna-viagem. Que se faz ou projeta fazer para empregar de novo todos estes compatriotas, para «reciclá-los» em termos de utilidade mútua, isto é, dos interessados diretos e do País, não menos direto interessado? Esses milhares de portugueses, que saíram da Pátria

para viver melhor, hão de querer, se a ela voltam, não ter de viver pior. Este pode ser, afinal, o grande «desafio português» dos tempos que estamos vivendo.

Perdemo-lo, ou ganhamo-lo?

Um Conservatório que não conserve

14 de fevereiro de 1972

As reformas são, por sua natureza, efervescentes. Mesmo quando se limitam a uma perturbação superficial e se apresentam com modos de benignidade, desmancham a paisagem, e, sobretudo, afetam prestígios que pareciam consolidados, reputações que eram intocáveis só porque ninguém, até aí, lhes tocara. As reformas são tão desejadas como odiadas.

Em geral, reforma-se o que estava imóvel, o que não teve a vida complexa e ativa dos organismos enérgicos. Reforma-se aquilo que, ao nascer, já estava mumificado e assim permaneceu. Pelo contrário, quando os organismos estão vivos, desenvolvem-se no seu próprio existir e é essa constante transformação que exige, de tempos a tempos, a coordenação das suas estruturas em forma de texto normativo. A isto também é de uso chamar-se reforma, mas só por comodidade verbal...

O Conservatório Nacional, que tem vivido, desde há longos anos, no interior de uma pirâmide egípcia, como a câmara funerária de um faraó, recebe agora os ventos da reforma. Parecem resignados a dissiparem-se os odores mefíticos de um conservadorismo cadaveroso. Excelentes disposições.

Há quem entenda que são exageradas as condições de entrada, em particular a exigência do sétimo ano liceal, há quem tenha saudades do tempo em que os grandes artistas nasciam

por «geração espontânea», quem cite, até, para ilustrar a tese, o caso de atores que nunca passaram de um quase analfabetismo. Não podemos concordar com estes pontos de opinião. Num tempo em que a mera alfabetização deixou de ser conquista (ou terá de deixar de o ser), num tempo universal em que o acesso a estudos adiantados é direito elementar e não privilégio de classe – a cultura básica do ator não haveria de ser inferior à de qualquer outra pessoa que se adestrasse para qualquer outra profissão. A cultura é ponto de partida, não é ponto de chegada.

Deste modo, a pequena querela das habilitações está de antemão condenada pela irrecusável força das coisas. É tempo perdido recordar os bons tempos antigos. E demais sabemos, pela lição da História, que as gerações de transição são sempre de sacrifício. Em pleno nascimento da idade da máquina, também os homens arrancados a um passado artesanal recente e mal preparados para a época que os esperava, protestaram. Tinham razão, não tendo razão.

Simplemente, que faremos amanhã, quando começarem a sair do Conservatório os primeiros atores habilitados para a sua profissão, cultos, informados e, necessariamente, exigentes? Que teatro vão esses atores fazer? A mesma revista, requentada como o chá de Tolentino? A mesma comédia, onde tudo é antigo, incluindo os costumes? A mesma adaptação bulevar-desca para o gozo da mesma burguesia dessorada e inerte?

Não pode ser. Como não poderia ser formar técnicos de todas as técnicas, médicos, engenheiros, arquitetos – para depois os deixar sem emprego, dotados de diploma, sim, mas inúteis.

Os atores (e agora não falamos apenas daqueles que o Conservatório virá a formar, mas também dos que, com ou sem «habilitações», lutam pela dignidade e pela responsabilização do

ofício) alimentam-se de teatro. É a sua vida, o ar que respiram, a sua razão de existência. Esse alimento, esse oxigénio, são as peças de teatro. Nada mais. Nada menos.

Conclusões? Se a reforma do Conservatório não for acompanhada de uma outra reforma, igualmente urgente, dos critérios de censura (ou, mais eufemisticamente, de seleção), melhor será deixar entregue à sua mortal sonolência o palácio da Rua dos Caetanos. Não serão precisos atores de formação universitária. Nem outros. E a querela das habilitações só terá razão de subsistir para a disputa dos lugares de contínuo que hão de velar as salas desertas onde o caruncho irá fazendo, devagarinho, o seu trabalho...

A adesão e a participação

3 de março de 1972

A frequência com que as altas entidades oficiais, quando publicamente têm de falar das questões da sua competência e responsabilidade, aludem agora à necessidade de adesão e participação das populações (sem o que nenhum trabalho realmente proveitoso poderá ser levado a cabo), leva-nos a pensar que, em outros tempos, o interesse da população não só não era solicitado, como infelizmente se encarava com desconfiança e algum temor, como se a movimentação das pessoas constituísse, por si só, uma ameaça às instituições... Não é a primeira vez que abordamos este assunto, quanto a nós crucial, mas a repetição dos apelos justifica que a ele voltemos.

Coube agora a vez ao ministro de Estado, no discurso que fez por ocasião da cerimónia de posse do novo presidente da Comissão de Planeamento da Região Norte. Aludindo às comissões de

planeamento, declarou o Dr. Mota de Campos: «Surgem como organizadores polarizadores da inteligência, das energias e das esclarecidas vontades da região; como elo forte entre uma vontade de progresso, lúcida e disciplinadamente expressa, e um Governo que entende não poder dispensar a participação efetiva e a adesão íntima das populações nos seus esforços de desenvolvimento da comunidade nacional.» Como se vê, o acento tónico incide na indispensabilidade da participação e da adesão das populações... Esta condição é tão por de mais evidente que causa alguma surpresa o súbito reconhecimento de um dado afinal permanente.

Involuntariamente, talvez a resposta tenha sido dada, na mesma ocasião, pelo empossado, quando, a certa altura do seu discurso, declarou: «O País tem sentido dificuldades em encontrar convicções de base.» Não está nos nossos propósitos isolar esta frase do seu contexto e tirar dela as ilações convenientes às nossas teses, mas aquelas palavras, tomadas no seu significado absoluto e ampliadas ao complexo nacional, talvez expliquem por que motivo tão assiduamente se convocam as energias da população lentas em despertar. Quando se reconhece que «O País tem tido dificuldade em encontrar convicções de base», sentimo-nos autorizados a presumir que essa ausência de convicções de base resultará de não serem elas elaboradas numa prática política de todos os dias e de toda a população em idade de pensar.

Ora, não parece que o melhor caminho para uma vida coletiva sã e realmente construtora (palavra que preferimos a «construtiva») seja a simples chamada à execução de tarefas específicas, previamente escolhidas. A mobilização dos técnicos e especialistas que realizarão a tarefa é que será tanto mais eficaz e produtiva quanto mais ampla for a base de interesse coletivo em que

assentar, e esse interesse só poderá nascer e perdurar (que nos sejam perdoadas as repetições!) através de uma geral atuação política.

A vida portuguesa lembra, de algum modo, uma acumulação de estratos geológicos, uma sobreposição de placas de matéria e contextura diferentes. Só muito raramente circula através delas um movimento vivo, suscetível de transformá-las em substância plástica, no sentido fisiológico da palavra, que se refere aos tecidos, à musculatura do corpo...

A população do nosso país, isto é, nós todos, não precisará que lhe dirijam apelos quando verdadeiramente se sentir empenhada na vida da terra onde nasceu e trabalha, quando se sentir empenhada na sua própria vida.

O Dia Internacional da Mulher

8 de março de 1972

Comemora-se hoje o Dia Internacional da Mulher. Os modos de assinalar a data hão de variar certamente de país para país, e não cremos que o nosso se inclua no número dos mais pródigos em manifestações: a verdade é que somos bastante avessos a exprimir publicamente o que pensamos, quando de facto pensamos alguma coisa.

No caso presente, temos até fortes dúvidas sobre uma geral compreensão do que signifique a existência de um Dia Internacional da Mulher, quando se sabe que a ninguém passou pela cabeça instituir o Dia Internacional do Homem... Um espírito irónico insinuará que, sendo o mundo dos homens, mal parecia que eles se festejassem a si mesmos, quer em termos de confraternização quer em termos de reivindicação. Há um Dia

Internacional da Mulher como há um Dia Internacional da Criança, e esta aproximação já nos dirá melhor que é no plano da sujeição que estes dois seres (a criança e a mulher) se encontram. O Dia Internacional da Mulher serve, enfim, para lembrar o que foi a difícil caminhada dessa parte da humanidade a que os homens vão buscar, com mais ou menos hipocrisia, as redenções de que dizem carecer: a mãe, a irmã, a noiva, a esposa...

Mas o Dia Internacional da Mulher há de servir também para mostrar quão longe ainda está a mulher de pacificamente aceitar como possível o mundo em que vive. Em todos os planos de promoção (social, intelectual, jurídico, económico e político), a mulher segue o homem. Com mais rigor diríamos que a mulher é mantida atrás do homem: muitas das suas conquistas são apenas aparência, e, quando se tornam reais, correm o risco de, com maior ou menor rapidez, perderem conteúdo e poder de aplicação prática. Na maior parte dos casos, o tempo e os interesses dos homens encarregam-se de neutralizar as conquistas alcançadas: a emancipação (no plano económico, através do trabalho remunerado, no plano intelectual, graças ao desenvolvimento da instrução, e no plano político, pela obtenção dos direitos de voto e de elegibilidade) encontra-se ainda hoje limitada por mil e uma pequenas teias. À volta da mulher continua a tecer-se o emaranhado casulo que a manteve isolada do mundo. Há exceções, bem sabemos, mas essas, ao que dizem, só existem para confirmar a regra...

Vai longe o ano de 1971 em que o Olympe de Gouges escrevia a sua «Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã»; já vai igualmente longe a época de Mrs. Pankhurst, aquela inglesa que criou, no princípio do século, a União Feminina Social e Política, e que mereceu, com as suas companheiras de missão e de

luta, o apodo displicente, senão desprezativo, de «sufragista». Mas é apenas de ontem, de 1952, para sermos mais exatos, a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, aprovada, por maioria, pela Assembleia Geral das Nações Unidas... Veja-se o que o tempo teve de andar e o que as mulheres tiveram de esperar: e, mesmo assim, a Convenção não foi aprovada por unanimidade. O pior mal, porém, não é que tenha havido países contrários a essa aprovação, mas sim que até mesmo nos países que deram voto favorável, ao nível de representação nacional, a vida quotidiana continue a ser para as mulheres uma contínua luta para que se não percam os frutos escassos da vitória.

O Dia Internacional da Mulher deveria ser, sobretudo, um dia de exame de consciência para os homens. O verdadeiro pecado original, se bem pesarmos o significado das palavras, talvez seja esta milenária discriminação que fez do mundo um lugar governado por metade das pessoas que nele vivem: os homens. Não todos, evidentemente...